

Homofobia religiosa e direitos *LGBT*: Notas de pesquisa

Marcelo Tavares Natividade*

Resumo: O artigo reflete sobre as respostas religiosas frente à visibilidade política das reivindicações por direitos de pessoas cujas identidades e práticas sexuais são dissidentes da norma da heterossexualidade. Discute como tais reações inventam, reforçam e instigam representações e práticas homofóbicas que atravessam as esferas pública e privada. Problematiza o modo como se entrelaçam a atuação de certos grupos religiosos e processos de sujeição dessas minorias, inserindo-se em uma linha de reflexão sobre os possíveis nexos entre homofobia, religião e certas convenções sociais e culturais que regulam as condutas no campo da sexualidade, a partir dos resultados de várias pesquisas ao longo da última década. O objetivo é lançar um foco de luz sobre algumas relações existentes entre direitos, diversidade sexual e religiões cristãs, no Brasil atual.

Palavras chave: diferença, direitos, homossexualidade, evangélicos

Abstract: The article reflects on religious responses to the political visibility of demands for the rights of people whose identities and sexual practices dissent from the heterosexuality norm. It discusses how these reactions invent, reinforce and instigate homophobic practices and representations that cross the public and private spheres. It problematizes the way in which the actions of certain groups and the processes that subjugate these minorities are interlinked, being inserted in a line of reflection about the possible links between homophobia, religion and certain social and cultural conventions that regulate conduct in the sexuality field, based on the results of several studies carried out over the last decade. The objective is to put a spotlight on some of the existing relationships between rights, sexual diversity and Christian religions in contemporary Brazil.

Keywords: difference, rights, homosexuality, Evangelicals

* Professor adjunto Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. E-mail: marcelonatividade@hotmail.com.

Este artigo reflete sobre as respostas religiosas frente à visibilidade política das reivindicações por direitos de pessoas cujas identidades e práticas sexuais são dissidentes da norma da heterossexualidade¹. Aponta como tais reações inventam, reforçam e instigam representações e práticas homofóbicas que atravessam as esferas pública e privada². Problematiza o modo como se entrelaçam a atuação de certos grupos religiosos e processos de sujeição dessas minorias, inserindo-se em uma linha de reflexão sobre os possíveis nexos entre homofobia, religião e certas convenções sociais e culturais que regulam as condutas no campo da sexualidade, a partir dos resultados de várias pesquisas ao longo da última década (NATIVIDADE, 2008; NATIVIDADE e OLIVEIRA, 2012; NATIVIDADE e LOPES, 2009)³. O objetivo é lançar um foco de luz sobre algumas – das muitas – relações existentes entre direitos, diversidade sexual e religiões cristãs, no Brasil atual. Compreendendo que esse é um recorte que deixa de fora uma ampla gama de abordagens, atores e contextos, o texto colabora para avaliar o lugar das religiões na regulação das condutas sexuais e o modo como estas validam ou não formas de sujeição e preconceito que atingem minorias sexuais⁴. O pano de fundo é a tensão

¹ O texto é versão de uma comunicação apresentada no Seminário Gênero, Sexualidade e Cidadania, promovido pelo Mandacaru - Núcleo de Pesquisas em Gênero, Saúde e Direitos Humanos - junto ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, em 2011.

² Parte dos dados aqui discutidos foi coletada no âmbito do Projeto “Práticas religiosas e percepção da diversidade sexual entre católicos e evangélicos”, conduzido no PPGAS/MN/UFRJ. O estudo foi realizado por meio da Associação para Estudos e Pesquisa em Antropologia (ASEPA), com o apoio técnico e financeiro do Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais, por meio do Projeto de Cooperação Técnica Internacional AD/BRA/03/H34 firmado entre o Governo brasileiro e o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime - UNODC. Edital número 01/2007, Termo de Cooperação entre PN/DST/AIDS, SVS/Ministério da Saúde/ BIRD/ UNODOC. Outras agências de fomento foram o Programa de Apoio a Projetos em Sexualidade e Saúde Reprodutiva (PROSARE), Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR) e o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), além da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

³ As informações provêm de diferentes técnicas de coleta de dados, envolvendo pesquisa documental, entrevistas com gestores de políticas públicas e lideranças do movimento social, além de observação em fóruns e reuniões nos espaços públicos e privados como plenárias, sessões do Legislativo, cultos e outros (NATIVIDADE e OLIVEIRA, 2012; NATIVIDADE, 2008; NATIVIDADE e LOPES, 2007).

⁴ Uma minoria é caracterizada por sua posição objetiva na sociedade (acesso desigual a oportunidades educacionais e ocupacionais e privações que circunscrevem sua liberdade de escolha), além da posição subjetiva, que compreende atitudes e comportamentos que diferem das do grupo hegemônico. O

entre a universalização dos direitos humanos e a diversidade de comunidades morais no país (SEGATO, 2006). O desafio é discutir os nexos entre sexualidade e religião assinalando as dimensões do poder, da produção de assimetrias sociais e processos de estigmatização, das desigualdades de oportunidades, das diferenças de status e da obstrução de direitos. Colocamos em exame as possíveis relações entre regulação da sexualidade, discursos religiosos e processos de exclusão das minorias sexuais, assinalando a existência de estratégias plurais de desqualificação da diversidade sexual, expressões de 'homofobias', ora mais viscerais, ora mais cordiais (NATIVIDADE e OLIVEIRA, 2009).

Homofobia e religião: o que isso tem a ver?

As relações entre diversidade sexual e religião são plurais. Existem discursos que incorporaram a diversidade sexual ao seu quadro cosmológico e doutrinário (como os afro-brasileiros e segmentos minoritários do protestantismo) e aqueles que a excluem. Grupos religiosos tanto podem endossar demandas dos movimentos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais)⁵ como podem atuar pela sua obstrução. Podem expressar ideias e práticas homofóbicas, como podem também realizar a crítica social das desigualdades que atingem homossexuais (NATIVIDADE e OLIVEIRA, 2012). Pode haver ainda posições de mediação.

Segmentos hegemônicos do cristianismo têm sido vistos cada vez mais como porta-vozes de visões conservadoras quando o assunto é a homossexualidade, embora, por outro lado, pesquisas comecem a identificar uma relativa pluralização de opiniões, percepções e formas de atuação a partir de eventos e fatos recentes (NATIVIDADE, 2011). Esses novos olhares têm sido propiciados, sobretudo, pela criação de igrejas inclusivas ou igrejas gays no país (NATIVIDADE, 2010), apontando o entrelaçamento entre identidades coletivas e religião, no contexto contemporâneo.

Atualmente, há uma notável presença da religião na política, na mídia, no espaço público. Grupos religiosos atuam em diferentes lutas sociais, assinalando os nexos entre ação social e religião. A formação de movimentos ecumênicos e a participação dessas lideranças como atores políticos nas instâncias decisórias do

tratamento desigual na sociedade conduz esses indivíduos à mobilização coletiva e engajamento em batalhas por seus interesses. Articulados em luta contra essa posição desvantajosa, membros de uma minoria podem requerer legitimidade e reconhecimento, reivindicando direitos e cidadania – como é o caso das populações gays, bissexuais, lésbicas, travestis e transexuais.

⁵ A sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) foi adotada pelos movimentos sociais de reivindicação de direitos e cidadania das minorias sexuais a partir da Primeira Conferência Nacional GLBT, em 2008. Isto marca não somente as articulações políticas que tiveram curso no evento, mas também assinala o caráter processual das identidades coletivas.

país sugerem plurais formas de ação. A religião é um aspecto relevante da vida social brasileira na atualidade.

Diversas pesquisas apontam tendências do crescimento da religião no Brasil. O Censo Demográfico de 2000 (JACOB, 2003) indicava um ligeiro declínio da população católica e um aumento progressivo da adesão às igrejas evangélicas, que cresciam especialmente nas periferias e centros urbanos. Do mesmo modo, crescia o número dos que se identificavam como “sem religião”. Nos anos 1990, registros no Diário Oficial, no Rio de Janeiro, indicavam a criação de cinco templos evangélicos para cada um de umbanda ou candomblé, a cada semana (FERNANDES, 1998). Esses números apontam uma tendência do espraiamento dos cultos evangélicos no Brasil, realçando o seu enorme apelo às massas.

Resultados de novas pesquisas sugerem o aumento da migração religiosa, confirmando essa tendência de crescimento. A passagem do catolicismo às igrejas evangélicas continua frequente no Brasil. Surgiu também a categoria do evangélico ‘não praticante’, aquele que se considera ‘crente’, mas afirma não frequentar nenhum templo específico, recorrendo a vínculos mais frouxos.

Dados relevantes sobre mudanças na composição religiosa da população brasileira estão no “Novo Mapa das Religiões”, elaborado pelo Centro de Políticas Sociais (CPS/FGV), baseado em dados do IBGE, coletados na Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2009. Os números mostram que, entre 2000 e 2003, houve uma estabilização da queda do catolicismo no país. O catolicismo, contudo, voltou a perder fiéis, ocorrendo hoje a taxa mais baixa da história do país (68, 4%). Cresceu também o número de mulheres (5%) e homens (8,52%) “sem religião”. Verificou-se ainda o aumento de evangélicos tradicionais, de umbandistas, de espíritas e de professantes de outras denominações, além da estabilização do crescimento dos evangélicos pentecostais. O estudo aponta que 50% da população brasileira frequenta algum culto religioso, sendo que mulheres e idosos constituem os grupos mais aderentes (NÉRI, 2011).

Esse cenário indica a vitalidade religiosa de nosso país, que se expressa num quadro de pluralismo: católicos, evangélicos, espíritas, grupos nova era e de outras religiões orientais, populações mulçumanas, dentre outras minorias religiosas.

Diante desse quadro, quais as alterações e permanências no que tange às moralidades e à ética sexual no campo religioso brasileiro? Alguns temas são controversos e sugerem pistas sobre as mudanças, como o aborto, a prevenção ao HIV/Aids, os métodos de reprodução artificial, a eutanásia e os limites da vida, a prostituição, a gravidez na adolescência e a iniciação sexual. Quando o assunto contempla discussões sobre identidades e práticas que são dissidentes dos padrões hegemônicos da heterossexualidade transparecem muitas tensões. É digno de nota que, na esfera pública, sobressaiam muito mais posturas de rejeição e repúdio do que discursos de conciliação (NATIVIDADE, 2011). É sobre essa perspectiva que vamos discorrer nesse artigo ao longo das próximas seções. Mas primeiramente, voltemos o olhar para as pistas de alguns estudos acadêmicos que elucidem aspectos dessas mudanças e/ ou continuidades.

Permanecer ou mudar? Os desafios da religião na contemporaneidade

Na entrada de um novo milênio, destacamos a complexidade das relações entre religião e sociedade, do ponto de vista de uma perspectiva dos direitos humanos. O surgimento de novos sujeitos de direitos e de novos fatos e eventos que transcorrem em contextos internacionais e locais sugerem que os debates se ampliam e instituições religiosas são convidadas a repensar valores, posicionamentos, atitudes. O conhecimento dessa passagem entre o que tem sido objeto de mudança ou permanência ainda deve ser objeto de novos estudos no campo das Ciências Sociais no Brasil. Vamos, contudo, a pistas fornecidas por algumas pesquisas realizadas nas últimas décadas.

O Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), no Rio de Janeiro, produziu *survey* que procurava identificar o comportamento religioso de fiéis evangélicos no tocante aos compromissos eleitorais, participação política, dentre outros objetivos. Investigou também transformações na moral sexual, abordando questões sobre aborto, infidelidade conjugal, divisão do trabalho no lar, 'acolhida' de pessoas homossexuais no culto. Os resultados indicaram uma minimização da assimetria entre os gêneros, privilegiando discursos igualitários na divisão do trabalho e outras responsabilidades conjugais. Contudo, a mudança nesse contexto não caminha *pari passu* com as noções de liberação dos costumes e de liberdade sexual. As respostas relativas aos temas do aborto, homossexualidade e escolha sexual sugeriram a prevalência de posições conservadoras (MAFRA, 1998: 226-229). Denominações como a Igreja Universal do Reino de Deus destacaram-se pelo alto número de entrevistados que afirmou não desejar excluir homossexuais do templo. Contudo, Fernandez (2008) destaca que posturas de acolhida não significam necessariamente 'aceitação', ponderando sobre a necessidade de conhecer as formas de cuidado pastoral de gays e lésbicas nessas congregações. Devemos observar que esses dados foram produzidos há duas décadas, devendo haver descompassos na passagem ao novo milênio.

Outro aspecto relevante provém de uma pesquisa mais recente, aplicada no Rio de Janeiro, entre frequentadores das Paradas do Orgulho LGBT nos anos 2000. Ao levantar o perfil religioso dos participantes da Parada, verificou-se que bissexuais, gays, lésbicas, travestis e transexuais mudam do catolicismo e/ou igrejas evangélicas para crenças espíritas ou abandonam a religião. Elas sofrem discriminação no ambiente religioso, além de redes como a família, a vizinhança, o comércio/ lazer, o serviço de saúde. As travestis e as transexuais são mais afetadas pelo preconceito de viés religioso. Isso sugere que a violência atinge muito mais pessoas que desafiam padrões hegemônicos do gênero (CARRARA, 2005; 2004) também no caso da discriminação nas redes religiosas.

A acolhida das religiões afro-brasileiras é colocada em prova em estudos recentes na antropologia. Apesar de serem vistos como espaços mais abertos à diversidade sexual, cultos de matriz africana também podem excluir pessoas em razão da sua orientação sexual. Algumas pesquisas muito recentes mostram que a epidemia de HIV/Aids impactou esse campo religioso. O pesquisador Luis Felipe Rios (2004) identificou a existência de duas correntes no Brasil: 'candomblés de veadeiro' e 'candomblés de tradição'. Nos primeiros, constatou o acolhimento

dessas minorias sexuais, enquanto nos segundos, prevalece o preconceito, pois evitam a presença de gays e travestis em seu quadro de membros, temendo as associações com estigmas da AIDS.

A ordenação pastoral de gays e lésbicas também é um tema controverso. Debates internos agitam segmentos da Igreja Anglicana, mas prevalece o interdito, como nas demais igrejas cristãs (NATIVIDADE, 2010). Em inúmeras denominações evangélicas, quando se descobre a homossexualidade do fiel, cargos e funções eclesiais lhe são retirados. Alguns são excluídos do rol de membros e outros impedidos de entrar no templo. Alguma tolerância é dirigida àqueles que não visibilizam sua orientação sexual e cultivam comportamentos discretos. Esse panorama contrasta com o progressivo reconhecimento e legitimidade que a diversidade sexual conquista atualmente (NATIVIDADE e OLIVEIRA, 2012).

Discussões sobre o aborto vêm produzindo reverberações plurais. Instituições como a Igreja Universal do Reino de Deus e outras evangélicas aderem a posições mais flexíveis, enquanto a Igreja Católica reitera a importância da criminalização no país. Em meio a tais discussões, a autonomia feminina frente às decisões sobre o próprio corpo é foco de dissensos. Apesar das atuais políticas de atenção à saúde da mulher, valores religiosos servem para a recusa desse direito através da dita “objeção de consciência”, alegada por médicos e profissionais de saúde em respeito às crenças religiosas pessoais. Autonomia feminina e religião entram em conflito nas atuais discussões sobre a atenção integral à saúde da mulher e os direitos humanos. Esse desacordo exemplifica o choque entre diferentes visões de mundo e suas definições sobre indivíduo, liberdade e autonomia, impactando as discussões sobre direitos humanos e minorias.

O quadro que introduzimos aqui exemplifica os atuais desafios implicados na análise das relações entre religião, direitos e diversidade sexual. O argumento que sustentaremos é que alguns discursos religiosos que circulam na esfera pública recorrem menos a definições rituais de santidade, pecado e pureza do que a concepções morais, estereótipos e percepções que estigmatizam e realçam a suposta inferioridade da diversidade sexual. Dizem respeito mais à manutenção de certos privilégios sociais e status do que correspondem a normas e convenções do religioso ou às definições rituais do sagrado e do profano. Desse modo, esperamos colaborar para a compreensão sociológica das relações de poder que atravessam a junção religião e homossexualidade. Na próxima sessão, analisamos falas e discursos que ocupam a cena pública em debates implicados em lutas por reconhecimento e legitimidade da diversidade sexual. Apontamos estratégias empregadas na obstrução de legislações específicas, compreendendo tais ações como expressivas da desqualificação dessa categoria de pessoas pelos discursos religiosos. O objetivo é problematizar as respostas religiosas às reivindicações por direitos de grupos *LGBTs* e pensar as múltiplas faces da homofobia.

Ações na esfera pública

Em 2007, concluímos uma pesquisa sobre a tramitação de projetos de lei que, dentre outros temas, versavam sobre direitos LGBT nas Assembleias Legislativas do Rio de Janeiro e de São Paulo e na Câmara Federal (NATIVIDADE e LOPES, 2009). Cada ação propositiva de uma Lei originava uma cascata de pequenas reações, protagonizadas por integrantes de bancadas religiosas. Em resposta à tramitação de PLs que visavam instituir o *Dia do Orgulho Gay*, um projeto buscou criar o *Dia do Orgulho Heterossexual*⁶. Outro pretendia “tornar contravenção penal o beijo lascivo entre pessoas do mesmo sexo em público”⁷. Três propostas visavam “criar programas de auxílio” para “cura da homossexualidade”⁸. Apesar de estarem arquivadas em suas respectivas Casas Legislativas, essas ações sugerem que as proposições de projetos de lei também constituem um tipo de resposta religiosa ao reconhecimento e legitimidade conquistados pelos segmentos lésbicos, gays, bissexuais, travestis e transexuais, nas últimas décadas.

Observamos inúmeras estratégias utilizadas por integrantes de bancadas religiosas na obstrução de projetos de lei que contemplavam demandas dessas minorias sexuais: pareceres negativos, votos em separado, pedidos de emendas.

Para retirar uma proposta de votação, deputados ligados a instituições religiosas empregavam ações criativas como solicitar a supressão de todo o texto de um projeto, sugerir a retirada de uma palavra ou simplesmente indicar a substituição de um termo. Por exemplo, no caso de uma proposta que versava sobre direitos previdenciários de pessoas do mesmo sexo, um deputado ligado à bancada religiosa sugeriu que esta passasse a versar sobre direitos previdenciários com “o outro sexo”. Isso era muito comum em períodos próximos ao fim de uma legislatura, funcionando como uma estratégia eficaz na retirada de uma proposta da votação.

A pesquisa mostrou que a interferência religiosa extrapolava o Legislativo e alcançava os Poderes Judiciário e Executivo. Esse foi o caso da Lei da “Pensão gay”, que tramitou na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, foi aprovada, teve ações no Judiciário e vetos de dois Governadores do Estado cuja identidade religiosa era pública⁹. Do mesmo modo ocorreu com a Lei 3401, que proíbe no Estado do Rio a discriminação por orientação sexual em estabelecimentos, incluindo os vetos no Executivo e ações no Judiciário.

Uma das maiores controvérsias envolveu a proposta popularmente conhecida como “criminalização da homofobia”. Desde o início de sua tramitação,

⁶ Projeto de lei 294/2005, Câmara Municipal de São Paulo (arquivado).

⁷ Projeto de lei 2279/2003, apresentado pelo deputado Elimar Damasceno, na Câmara Federal.

⁸ Projeto de lei 2177/2003, Neucimar Fraga, Câmara Federal; Projeto de lei 717/2003, Édino Fonseca, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

⁹ O projeto original (Projeto de lei 2385/2001) sofreu emendas de deputados religiosos Carlos Dias e José Divino no processo legislativo, que suprimiram artigos, modificavam termos, inseriam incisos, buscando evitar sua aprovação imediata.

esse projeto (PL-122/2006) originou respostas religiosas tanto no legislativo, como em púlpitos, na mídia, na cena pública.

O tema foi mais debatido entre evangélicos do que católicos, embora haja alinhamentos. A Igreja Metodista do Brasil¹⁰ considerou que é papel da igreja “contribuir para a reversão da tendência homossexual”, sendo por este motivo, contrária ao projeto. Alinharam-se a Igreja Presbiteriana do Brasil, a Convenção Batista Brasileira, a Convenção das Assembleias de Deus e outras igrejas pentecostais. Por outro lado, o silêncio em torno do tema em denominações como a Igreja Luterana e Igreja Anglicana, assinalava os contornos de uma hegemonia conservadora. A Igreja Católica compareceu com posições contrárias, especialmente, através da fala de lideranças ligadas à Renovação Carismática Católica e à Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB).

No campo religioso brasileiro ocorreu uma verdadeira explosão discursiva que abortou o projeto de “criminalização da homofobia” através de reportagens, debates, enquetes, artigos de opinião, “informativos”. Alguns sites religiosos publicavam convocatórias para que os internautas reagissem à tramitação do projeto por meio de orações, jejuns, vigílias, passeatas, envio de e-mails a parlamentares, abaixo-assinados. Links do tipo “clique aqui” e envie sua mensagem de repúdio aos Senadores foram disponibilizados.

Na cena pública, parlamentares como Magno Malta e Marcelo Crivella, integrantes, respectivamente, da Igreja Batista e da Igreja Universal defenderam a liberdade de “falar pejorativamente” contra “o homossexualismo”¹¹. A aprovação da Lei impediria ‘cidadãos’ supostamente ‘normais’ de “discriminar” expressões públicas do afeto entre pessoas do mesmo sexo. Falas exageradas afirmavam que gays iriam se beijar nas igrejas ou até mesmo “praticar atos sexuais” na rua, “na presença” de crianças, sem que nada pudesse ser feito¹².

O *Programa Vitória em Cristo*, do pastor Silas Malafaia (Rede TV), lançou a campanha “DIGA NÃO AO PLC-122/2006”. Algumas lideranças destacavam que o castigo de Deus que sobreveio sobre a cidade de Sodoma, poderia recair sobre o Brasil, se os cristãos não se levantassem para deter a cidadania LGBT.

Essas ideias circularam em canais diversos como mídia televisiva, sites evangélicos, púlpitos¹³, periódicos religiosos de circulação nacional e regional¹⁴, construindo o homossexual como um indivíduo perigoso, cuja sexualidade descontrolada ameaçava a coletividade, devendo ser objeto de controle e reparação. Alertas contra os ‘perigos’ da Lei anti-homofobia destacavam o risco de instituições religiosas serem impedidas de afastar “ministros homossexuais” de seu quadro de membros; o perigo da instauração de processos para ‘perseguir’

¹⁰ Ver documentos “Pronunciamento do colégio episcopal sobre o projeto de lei acerca da homofobia”; “A Igreja e o homossexualismo”.

¹¹ Marcelo Crivella, pronunciamento no Senado Federal, de 06/06/2007.

¹² Magno Malta, pronunciamento em 23/10/2007.

¹³ Visão Nacional para a Consciência Cristã, do Centro Apologético Cristã de Pesquisas, da Associação brasileira de Apoio aos que desejam deixar a homossexualidade, do Blog Movimento de Apoio e no Blog do escritor evangélico Júlio Severo,

¹⁴ Jornal a Palavra, o Mensageiro, as revistas Enfoque Gospel e Eclésia.

religiosos; o iminente favorecimento da adoção de crianças por gays e lésbicas; o risco do “extermínio do heterossexual” através da destruição da família brasileira; a explosão de episódios de violência contra heterossexuais, expressão de “heterofobia”.

O clima de pânico moral se potencializava na associação entre pedofilia e homossexualidade. Durante toda a polêmica argumentos religiosos destacaram como consequência da aprovação do projeto de criminalização da homofobia, o crescimento da pedofilia no país e o aumento da epidemia de HIV/Aids, manipulando estereótipos dos anos 1980. Dentre estes, a associação da doença com castigo divino ou a ideia de que a epidemia é exclusividade da população homossexual masculina.

Uma dimensão desse alerta que cabe destacar é a difusão de certa percepção religiosa sobre as ‘políticas LGBTs’. O diálogo entre movimentos sociais, ONGs e o Poder Público era retratado como uma articulação *perigosa* que propagava valores ‘liberais’, inaceitáveis. A instituição de uma política pública nacional voltada para minorias sexuais era motivo de preocupação, que ensejava uma forte reação em defesa dos “valores cristãos” e da “família”. Um artigo de um escritor evangélico apresenta este tom ao denunciar que o então Presidente Lula e seus seguidores no governo insistiam em inverter valores, “lutando contra o bem e protegendo o mal”, oferecendo ao término do texto, uma oração para que fiéis orassem pela quebra desta ‘maldição’ no país. Cito um trecho para exemplificar a tonalidade do discurso:

Jesus, Rei dos Reis e Senhor do Brasil, te damos plenas oportunidades e espaço livre para o Senhor agir e intervir poderosamente no governo do Brasil, quebrando todo o espírito de maldade e perversidade no Lula e seus seguidores e humilhando todo orgulho deles. Olha para a situação do Brasil e todos os esforços para promover o ‘homossexualismo’. Tem misericórdia do nosso país. Em nome de Jesus, abençoamos todos os líderes evangélicos do Brasil, para que acordem e ajam. Amaldiçoamos o *programa Brasil sem Homofobia* e todos os outros programas e projetos pró-homossexualismo do Governo.

A demonização da diversidade é evidente também em discursos veiculados sobre políticas de educação sexual, prevenção e campanhas contra a homofobia nas escolas. O mesmo autor postula a existência de duas formas de ensino: a “educação da besta” e a “educação de Deus”. A primeira (educação da besta) seria orientada segundo valores laicos, defendendo a igualdade entre homens e mulheres e o uso de preservativos. A “educação de Deus”, feita em escolas religiosas ou pelos pais ‘em casa’, “protegeria” as crianças de “influência negativas” que ‘afastam’ de Deus. A educação formal, sob a tutela dos pais,

norteada pela religião e sem interferência de instituições e normas laicas, seria o único meio de evitar prejuízos à criança¹⁵.

Percebemos aqui a regulação da sexualidade pelo religioso, implicados na recusa de modelos igualitários de gênero, na difusão de uma mensagem sexista e em visões estigmatizantes da homossexualidade. Por outro lado, a exclusão e sujeição da diversidade são sustentadas por discursos de demonização da diferença. Tudo isso se entrecruza na rejeição de políticas e reivindicações por direitos de minorias sexuais, assinalando o modo como se conectam homofobia, certas convenções sociais e valores religiosos. A seguir, exploramos esses aspectos a partir da avaliação dos impactos da percepção religiosa na execução e gestão de políticas e outras ações em defesa dos direitos humanos das pessoas *LGBT*.

Os impactos na gestão das políticas públicas

Uma pesquisa que tratou dos impactos do poder religioso na obstrução de direitos *LGBT* no contexto da Baixada Fluminense, região periférica do Rio de Janeiro, traz novos dados para essa reflexão (NATIVIDADE, 2011). A Baixada Fluminense é reconhecidamente uma região de expressivo eleitorado evangélico (FERNANDEZ, 1998). Partindo dessa especificidade, um dos objetivos era verificar de que modo políticas públicas voltadas para populações gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais repercutiam nesse contexto local. Quais as resistências e possibilidades de negociação havia? De que modo se conjugavam propostas globais e contextos locais? Que valores e percepções da diversidade orientavam a execução dessas políticas e como instituições e grupos religiosos respondiam a tais propostas governamentais? Muitas pistas dessa associação foram propiciadas pela etnografia de eventos e outros fóruns de atuação do movimento social e da gestão pública, além da observação em alguns cultos.

A proibição da Parada Gay de Caxias – um dos municípios estudados - foi um caso paradigmático do prestígio religioso nesse contexto. Ao coibir o evento no próprio dia de sua realização, o Prefeito do Município justificou a atitude declarando à mídia ter recebido cartas de pastores e Bispos da Igreja Católica condenando a Parada, por ser contra os “valores da família” e da religião.

O poder religioso nesse contexto ficou mais evidente quando levantamos a existência de apenas duas Leis que beneficiavam demandas gays e lésbicas, aprovadas em um dos municípios abordados. Em Nova Iguaçu, Leis que instituíam o “Dia de Combate a Homofobia” e a “Proibição da discriminação por orientação sexual em estabelecimentos” foram aprovadas, mas sofreram vetos do

¹⁵ Sobre a educação sexual nas escolas, alguns discursos religiosos mantêm um posicionamento de repúdio ao que é referido como “ensino da promiscuidade”, que promoveria o “sexo livre”, influenciando de modo negativo a formação de crianças, adolescentes e jovens. Emerge a valorização de uma educação moral a ser conduzida no interior da família e orientada por valores cristãos. É vislumbrada a possibilidade de se fornecer instrução adequada a jovens e crianças fora do sistema brasileiro de ensino, ao educar os filhos ‘em casa’.

Poder Executivo. Apesar de o Prefeito da cidade não ostentar uma identidade religiosa, as negociações com grupos religiosos foram citadas por lideranças do movimento social como motivação para os vetos, consistindo em moedas eleitorais. É notável que, no período de pesquisa, acompanhamos no mesmo município, a aprovação de aproximadamente 10 Leis que contemplavam interesses de grupos religiosos, tornados instituições de utilidade pública, dentre outras medidas.

A implantação de um Centro de Referência, um Serviço de Saúde LGBT, em um município desta região também se mostrou impactada por valores religiosos. Através da criação de um Grupo de Trabalho, foram adaptadas diretrizes do Programa Rio sem Homofobia – braço local do Programa Nacional Brasil sem homofobia – para demandas da saúde LGBT no município. O trabalho foi feito através do diálogo entre lideranças do movimento social local e representantes do Poder Público. Após meses de trabalho, foi consolidado um documento com as propostas da Área de Saúde da população LGBT. Contudo, o trabalho foi interrompido e tal grupo foi desarticulado, após uma súbita mudança na gestão.

Segundo informações obtidas, o novo quadro profissional era “mais conservador” e a nova configuração da Secretaria contava com uma maior participação de religiosos, especialmente evangélicos, incluindo a coordenação. Tal fato dificultava negociações para a continuidade da proposta de Saúde LGBT, que foi qualificada por esta coordenação como um assunto que não era prioritário ao Município. Funcionários lotados na Secretaria de Atenção Básica que trabalhavam na proposta foram transferidos de setor e outros não tiveram seus contratos de prestação de serviço renovados. A equipe foi reduzida de seis para uma pessoa. A etnografia da desarticulação dessa proposta mostrou serem plurais – e muitas vezes sutis - as formas de expressão da homofobia religiosa.

Homofobia pastoral

Como já destacamos, outra face da homofobia religiosa é a proliferação de discursos sobre a cura da homossexualidade. Propostas legislativas de bancadas religiosas que visam captar recursos públicos para ‘grupos’ que oferecem ajuda para sair da homossexualidade estão em confluência com um dado universo de valores. Com efeito, apelos à conversão de gays e lésbicas são acompanhados de exortações morais que revelam uma preocupação com as “inversões do gênero”, expressas na necessidade de tornar certos homens mais masculinos e certas mulheres mais femininas. O debate no Legislativo sobre a legitimidade das propostas de cura da homossexualidade só podem ser entendidos focalizando as suas dimensões de normatização do gênero.

A atuação da entidade *ABRACEH*, no Rio de Janeiro é um caso particularmente peculiar pelo uso da ideia de “prevenção da homossexualidade”. Tal organização modificou sua estratégia de apresentação ao longo dos anos. Inicialmente identificada como “Associação brasileira de apoio aos que desejam deixar a homossexualidade”, passou a reclamar o estatuto de “associação civil”, “sem fins lucrativos”, de Organização Não Governamental de apoio à infância e

adolescência, adotando o nome de “Associação de Apoio ao Ser Humano e a Família”.

Esse grupo define como parte de seus objetivos promover assistência social e serviços de apoio para “aqueles que desejam voluntariamente deixar a homossexualidade” e “outros transtornos sexuais”, “priorizando as crianças e os adolescentes em situação de risco social, especialmente aqueles vitimados pelo abuso e exploração sexual”. O estatuto da organização faz uma menção ao objetivo de criar, implementar e desenvolver “programas de prevenção primária” que incluem a “prevenção” da homossexualidade, além da realização de projetos de apoio a portadores de HIV/AIDS e uso de drogas¹⁶.

Esse tipo de atuação é implicada hoje no centro de debates éticos muito específicos, ligados a entidades de normatização da prática da psicologia que proíbem a participação de seus profissionais em terapias reparativas. Contudo, o debate acende sucessivas controvérsias na esfera pública, decorrentes da apresentação de novos projetos de lei que articulam visões patologizantes da homossexualidade e certas pastorais religiosas que prometem curar a homossexualidade.

Em princípio, os discursos sobre a prevenção da homossexualidade - sustentados por grupos diversos - se preocupam em realçar as supostas ‘causas’ dessa orientação sexual: famílias desestruturadas, ausência de firmes modelos de gênero na família, abuso sexual, dentre outras. Com efeito, pouco se sabe sobre tais métodos de prevenção, mas podemos antever que abarcam prescrições de conduta ligadas ao controle da sexualidade pela religião: aconselhamentos pastorais para o casamento e obtenção de prole, prescrições normativas do gênero, além da recomendação para submissão a rituais de libertação e exorcismo que teria por objetivo expulsar espíritos que induziriam à homossexualidade.

Reporto à fala de um informante, ao rememorar o período em que foi ‘convencido’ a internar-se em uma clínica de recuperação para homossexuais, dirigida por um pastor assembleano e sua esposa. Aprender a jogar futebol era atividade essencial para homens gays obterem restauro da heterossexualidade. Do mesmo modo, mulheres lésbicas eram incentivadas pela esposa do pastor no aprendizado de atividades femininas como cozinhar, lavar, passar, exercitando os atributos considerados naturalmente femininos do cuidado e da docilidade (NATIVIDADE, 2008). Essa suposta acolhida religiosa enseja a necessidade de ‘transformação’. Um conjunto de medidas corretivas evidencia a existência de pedagogias do gênero, para obtenção do ‘restauro’ da heterossexualidade. Vamos ampliar o foco de visão e buscar adentrar o universo dos aconselhamentos.

Na página oficial de Internet de uma importante igreja pentecostal acompanhamos as interações em alguns espaços virtuais de aconselhamento. Um

¹⁶ Outro objetivo do grupo é “mobilizar” em “nível nacional”, um “movimento de conscientização e ação”, visando “a garantia do direito de apoiar aos que voluntariamente desejam deixar a homossexualidade e outros transtornos/disfunções sexuais (...) junto aos poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e Ministério Público”. Aparentemente, a perspectiva de atuação prevê um trabalho de pressão política visando a salvaguarda ou mesmo obtenção de suporte para as atividades de “apoio” exercidas pela associação.

destes corresponde à seção “Missionário Responde”, em que fiéis internautas podem postar perguntas ao pastor e líder da denominação. Ao acompanhar os debates, são perceptíveis os significados atribuídos a estas práticas e identidades. O caráter pecaminoso do *homossexualismo* é reiterado em todas as respostas, com ênfases e nuances distintas caso a caso. Em uma das perguntas, uma fiel se questiona se a homossexualidade poderia ser uma “doença” ou “maldição de geração em geração”. Justifica sua dúvida observando que seu filho e sua irmã caçula são homossexuais. Em resposta, o missionário afirma que o *homossexualismo* não se trata de “doença” nem “maldição”, mas de “pecado”: uma prática que demanda ‘arrepentimento’ e a ‘entrega’ da própria vida a Jesus, “cujo poder transforma todo aquele que n’ Ele crê”. O desejo homossexual, por outro lado, poderia ser fruto de “possessão demoníaca”, sendo necessária uma intervenção ritual que visa expurgá-lo do sujeito: “Há muitos casos em que o desejo homossexual vem da possessão demoníaca e, nesse caso, a pessoa precisa de libertação. O importante é buscar ajuda”.

“Arreper-se” é um passo necessário, mas não suficiente, para a “conversão” – na medida em que forças sobrenaturais que sobrepujam o livre-arbítrio podem estar atuando, motivando o comportamento pecaminoso. O tema da possessão reaparece em outras das respostas fornecidas no site. O teor dos aconselhamentos é exemplificado ante as inquietações externadas por um homem de 54 anos, que relata ser homossexual desde os dez anos de idade, tendo se tornado soropositivo aos 40 anos. O sujeito, apresentando-se como associado a tal igreja, afirma que embora deseje *libertar-se*, não possui *forças* para tanto, necessitando de *ajuda*. Em resposta, o missionário atribui à atuação do demônio a origem do desejo homossexual experimentado pelo sujeito, recomendando a este que se submeta aos rituais de *libertação* oferecidos por sua denominação:

Realmente, antes de mais nada, você precisa de libertação. Esse desejo por alguém do mesmo sexo é resultado da ação nefasta de demônios em sua vida. Nos momentos de lucidez, você até deseja converter-se e mudar de vida, mas os espíritos satânicos que ainda dominam você impedem-no de tomar posição ao lado de Cristo. Procure, com a máxima urgência, uma de nossas igrejas e exponha seu problema ao pastor, pois ele saberá o que fazer.

O conjunto dos aconselhamentos aqui referidos endossa a noção da homossexualidade como “pecado”, atribuindo a esta o caráter de prática moralmente condenável que enseja conversão, arrependimento e purificação.

Do ponto de vista interno da religião poderíamos dizer que estão em jogo definições de pecado e códigos de santidade. Mas uma análise que discute a distribuição de privilégios e status sociais busca entender que tipo de estereótipos e visões negativas estão implícitas. Em todo o debate que acompanhamos, nas esferas pública e privada, é realçada a atribuição de valor positivo à heterossexualidade e desqualificação da homossexualidade e demais expressões da

diversidade. É comum políticos que defendem essas propostas, pastores e outras lideranças recorrerem à ideia do livre-arbítrio do fiel que supostamente ‘sofre’, para justificar trabalhos pastorais de reversão da homossexualidade para a heterossexualidade. Ao colocar o foco de sua fala na ‘decisão’ individual de uma pessoa para sair da homossexualidade, a estratégia pretende elidir os efeitos de inferiorização que o discurso religioso guarda ao endossar a obrigatoriedade da heterossexualidade.

A afirmação da “heterossexualidade” como única forma legítima de exercício do desejo, confere-se inteligibilidade, importância e materialidade ao “sexo” biológico, tomando diferenças de gênero e subordinações culturalmente constituídas como se fossem ‘naturais’ (BUTLER, 2003: 38-48). Esta construção de uma conexão naturalizada entre “sexo”, “gênero”, “desejo” e “práticas” heterossexuais requer uma desqualificação de formas de vivência da sexualidade e do gênero que sejam dissidentes da norma heterossexual. Toda construção do gênero e do desejo que seja destoante desta norma é marcada como uma diferença indesejável, que ameaça as fantasias de identidade cultivadas por alguns sujeitos que entendem que a humanidade inteira “é” (ou pelo menos “deveria ser”) heterossexual.

O propalado *acolhimento* evangélico aos homossexuais pode ser visto, então, como uma estratégia política higienista, agenciada no plano das micro-relações cotidianas, que não atinge os sujeitos diretamente com a ameaça da violência física, mas antagoniza e desqualifica sexualidades consideradas indesejáveis. Apresentando a desqualificação e o expurgar da diferença como uma atitude ativa de cuidado e zelo para com o outro, consonante com a ética cristã, essa face da homofobia religiosa difere das formas de homofobia que se expressam por meio da agressão física e verbal. Opera através de um reforço e exagero da norma heterossexual, cujo efeito mais imediato é uma proliferação e intensificação de discursos e práticas regulatórias que afirmam ajudar pessoas a “sair da homossexualidade”.

Na cena pública, através da publicação de livros, programas de TV e rádio, são recorrentes os ‘testemunhos’ daqueles que supostamente se converteram e galgaram a libertação da homossexualidade. Esses testemunhos exemplificam bem este tipo de estratégia de regulação que recorre à desqualificação da homossexualidade, visto que o projeto de regeneração se completa com a prescrição do casamento e constituição de uma família (‘esposa’ e filhos, para homens gays; e ‘marido’ e filhos, para mulheres lésbicas).

O “ex-homossexual” é retratado como uma pessoa que alcançou um *status* de superioridade moral com relação aos praticantes do “pecado” do “homossexualismo”. Este discurso reitera a inferioridade das pessoas que ‘permanecem’ homossexuais. Todas as falas sobre “mudança de orientação sexual” incorporam essa valoração negativa das homossexualidades e bissexualidades: ninguém cogitaria promover rituais espirituais ou terapêuticos pra transformar um heterossexual em homossexual. Tais discursos exemplificam modelos de conduta que fornecem pistas sobre dinâmicas de cuidado pastoral. Os testemunhos são considerados prova do poder de Deus, que deveria inspirar outros “pecadores” a aderirem ao projeto religioso. Paralelamente, são narrativas que remetem a um

momento 'crítico' na vida do sujeito, em que este é *acolhido* em um grupo religioso e inicia sua jornada de transformação. Convém frisar a atenção especial que é concedida à homossexualidade dentre os demais "pecados sexuais" (NATIVIDADE, 2008). Embora a masturbação, as fantasias sexuais, o sexo antes do casamento, a infidelidade, sejam tidos como pecados, não proliferam grupos de ajuda voltados para 'masturbadores', nem tampouco organizações que ofereçam 'ajuda' para evitar fantasias (hetero) sexuais. Há uma *cruzada moral* (BECKER, 2008) dirigida contra gays, lésbicas e outros sujeitos sociais que ameaçam a crença na naturalidade e na universalidade da norma heterossexual. Dessa forma, as esferas públicas e privadas, se entrecruzam na apresentação de projetos de lei que pretendem subsidiar iniciativas pastorais de cura da homossexualidade. Os argumentos da liberdade de crença e expressão elidem, na verdade, as densas relações de poder implicadas na inculcação da ideia de que é preferível ser heterossexual a ser homossexual. Visam a apagar também os contornos de seus mecanismos insidiosos de supressão da diferença e afirmação da superioridade da heterossexualidade. A máxima 'amamos o pecador', mas odiamos o pecado acentua a ambiguidade desses discursos nos quais bondade e amor se conectam a desqualificação e repúdio. Para além do endosso do caráter pecaminoso da prática homossexual, a "acolhida" deve ser interpretada em termos dos efeitos que enseja nas esferas pública e privada, de desqualificação e sujeição da alteridade. Porta vozes desse discurso, ao atribuir à homossexualidade o caráter de ameaça que precisa ser contida, se apresentam como novos militantes da pureza sexual, inventando e recriando percepções estigmatizantes da diversidade e dando origem a práticas de sujeição que a academia ainda desconhece em profundidade (NATIVIDADE, 2006: 257).

Mas, afinal, na entrada de um novo milênio, as cores da homofobia são ainda tão fortes ou podemos antever mudanças? Que espaços há de negociação e agenciamento de visões positivas da diferença?

Pluralizando percepções ou reinventando preconceitos?

Recentes episódios ligados à decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a união civil têm introduzido novos fatos etnográficos cuja análise aprofundada aqui não será possível. Contudo, observamos, de um lado, a intensificação da rejeição e, de outro, algumas possibilidades de negociação. As posições têm se tornado um pouco mais diversas. Na cena pública, igrejas de segmento histórico puderam, através de notas oficiais, se declarar favoráveis, como foi o caso da Igreja Batista do Brasil. Já a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil rechaçou a medida. Na linha das posturas de rejeição, a Frente Parlamentar Evangélica e a Frente Parlamentar mista em Defesa da Família mobilizaram-se para a proposição de ações legislativas que pretende sustar a decisão do supremo que reconhece a união homoafetiva. Por outro lado, é preciso destacar a atuação cada vez mais intensiva da militância das igrejas gays (inclusivas) em questões de direitos humanos. Por uma questão de recorte, deixamos aqui de lado a explicitação dessa relação, mas destacamos que

estão sendo construídas pontes entre esse segmento religioso e os movimentos sociais que merecem atenção da academia.

O panorama apresentado procura assinalar a complexidade da análise do tema da homofobia, dos direitos sexuais e da religião. Não estamos argumentando que segmentos religiosos - evangélicos ou católicos, ou sujeitos que pertencem a tais segmentos - "sejam" essencialmente homofóbicos. Práticas e discursos qualificáveis como homofóbicos dizem respeito mais a performances que a identidades: são contingenciais e situacionais. Afirmamos, contudo, a existência de idiomas culturais e práticas sociais de fundo religioso que entram em tensão com a recente visibilidade e valorização da diversidade sexual. Trata-se, efetivamente, de discursos e práticas que manifestam disposições conservadoras face a estas transformações sociais, representando respostas coletivas de resistência e oposição.

Neste sentido, o fato - por exemplo - de que os estereótipos religiosos acerca da homossexualidade não sejam compartilhados ou endossados do mesmo modo por todos os membros de um grupo religioso não elimina o fato de que tais discursos circulam socialmente, extrapolando os limites da congregação e impactando outras dimensões da vida como as relações familiares, relações de trabalho etc.

Deste modo, a rejeição visceral da união civil, da criminalização da homofobia, da expressão pública do afeto elucidam mecanismos de produção de desigualdades. O argumento da "liberdade de crença" oculta estratégias insidiosas de construção da superioridade moral da heterossexualidade e desqualificação da diversidade sexual - esta, alocada ao campo do desvio, da patologia, da aberração.

Analisemos o temor da heterofobia. A categoria *heterofobia* é invocada no discurso religioso como figura de linguagem que tenta inverter argumentos empregados por militantes *LGBT* na denúncia de práticas e discursos que desqualificam a diversidade. É desnecessário frisar que, de uma perspectiva sociológica, a noção de *heterofobia* não tem sentido, na medida em que demandas *LGBT* não visam obstruir direitos heterossexuais, não estigmatizam ou produzem efeitos de inferiorização moral de terceiros, mas expressam reivindicações por equidade de uma minoria em posição objetiva e subjetiva de inferioridade. A homofobia religiosa se expressa aqui na reprodução de estereótipos que desqualificam a diversidade sexual, nesse caso, ao realçar o caráter perigoso da homossexualidade.

Os dados trazidos colaboram para desconstruir um senso comum difuso pela sociedade brasileira que opera com algumas categorias psicologizantes para assinalar a homossexualidade como 'anormalidade'. Nestes discursos - que não são necessariamente de cunho religioso - entende-se que a sexualidade humana teria um único curso de desenvolvimento válido: todas as pessoas deveriam ser heterossexuais. Entende-se que se ela "é" homossexual é porque aconteceu 'algo de errado' no processo do seu desenvolvimento. Essa linha de argumentação revela a persistência de uma atribuição de valor negativo à homossexualidade e à diversidade sexual (NATIVIDADE e OLIVEIRA, 2009).

Os embates apresentados revelam a complexidade da discussão sobre homofobia e formas de violência que incidem sobre populações cuja conduta é dissidente da heterossexualidade. Aqui foram delineadas nuances e sutilezas que

possibilitam uma melhor compreensão sociológica do fenômeno em questão, em conexão com valores e práticas religiosas.

A visibilidade e o reconhecimento das minorias sexuais colocam em xeque a universalidade da heterossexualidade e a suposta superioridade moral desta orientação sexual. O que está em jogo é a reprodução de status e privilégios sociais assentados nessa suposição de universalidade (ERIBON, 2008). Ao atribuir à homossexualidade um caráter ameaçador e lutar contra os direitos das pessoas LGBT, grupos religiosos produzem imagens negativas, apelam a estigmas e estereótipos da diversidade sexual. Construções do gênero e do desejo que sejam destoantes da norma hegemônica são marcadas como diferenças indesejáveis, reiterando a obrigatoriedade da heterossexualidade. O desprezo social dirigido aos LGBT revela processos de formação da identidade que são assentados na valorização de si pelo rebaixamento do outro. Nesse tipo de preconceito, o sujeito desprezado é revestido de temor, pois ele desestabiliza certos valores cultivados (WEINBERG, 1973:15).

Os embates aqui analisados revelam justamente o modo como a reivindicação por direitos LGBT ajudam a questionar valores que favorecem a reprodução de desigualdades ao defender a superioridade da heterossexualidade sobre formas diferentes de vivência do desejo e do erotismo. Por outro lado, nossa análise possibilita falar em "homofobias", no plural, ao invés do singular. Ou seja, que existem múltiplas formas de preconceito e discriminação que atingem a diversidade sexual¹⁷. Sob uma perspectiva sociológica, essas 'homofobias' ensejam a produção de assimetrias sociais, desigualdades de oportunidades, diferenças de status, obstrução de direitos, estereótipos negativos e processos de estigmatização. Uma dessas facetas desse fenômeno plural é a *homofobia religiosa* que, como vimos, compreende um conjunto muito heterogêneo de práticas e discursos baseados em valores religiosos que operam por meio de táticas plurais de desqualificação e controle da homossexualidade. A *homofobia religiosa* não se manifesta somente ao nível de percepções e juízos morais pessoais ou coletivos, mas envolve formas de *atuação* em oposição à visibilidade e reconhecimento de minorias sexuais, grassando as esferas pública e privada.

Referências

¹⁷ Existe uma demanda no interior dos movimentos sociais pela adoção de termos mais específicos na compreensão das formas de exclusão vividas por pessoas que aderem a distintas identidades de gênero e orientações sexuais. Além de homofobia, seria preciso operar com noções capazes de "apreenderem" as violências específicas associadas às múltiplas expressões da diversidade sexual: por exemplo, a "transfobia" e a "lesbofobia". É inegável a importância do cruzamento entre distintos marcadores sociais na produção de tais assimetrias - a discriminação por orientação sexual pode estar intimamente imbricada a outras formas de exclusão, associadas, por exemplo, a gênero e classe social. Entendemos, contudo, que estas distintas formas de repúdio à diversidade sexual podem (sob uma perspectiva analítica) ser aproximadas, na medida em que correspondem a reações de oposição a orientações sexuais e a identidades de gênero que divergem da norma heterossexual.

BECKER, Howard S. Empreendedores Morais. *In: Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRARA, S. et al. *Política, direitos, violência e homossexualidade*. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro, CLAM/CESESC/ACRO-IRIS, 2004.

CARRARA, S. Só os viris e discretos serão amados? *In: Folha de São Paulo*. Caderno Mais, 19 de junho de 2005, São Paulo: SP, 2005.

ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FERNANDES, Luis Osvaldo Ribas Lobos. *Homofobia Cordial (palestra)*. Salvador, UNEB/ DIADORIM, 2008. [mimeo]

JACOB, César Romero et al. *Atlas da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, Edições Loyola e CNBB, 2003.

MAFRA, Clara. Gênero e estilo eclesial entre os evangélicos. *In: FERNANDES, R. C. et al (Orgs.), Novo Nascimento: Os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: RJ, Mauad, 1998.

NATIVIDADE, Marcelo e OLIVEIRA, Leandro de. *As novas guerras sexuais: poder religioso, diferença e identidades LGBT no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, no prelo.

_____. Nós acolhemos os homossexuais: homofobia pastoral e regulação da sexualidade. *Revista Tomo*, ano XI, n. 14. São Cristóvão: NPPCS/UFS, 2009.

NATIVIDADE, Marcelo. *Deus me aceita como eu sou? A disputa sobre o significado da homossexualidade entre evangélicos no Brasil*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGSA/IFCS/UFRJ, 2008.

_____. Uma homossexualidade santificada? Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal. *Religião e Sociedade*, v. 30, n. 2. Rio de Janeiro? ISER/ UERJ, 2010.

_____. Rio sem homofobia? Um estudo sobre as respostas religiosas aos direitos LGBT na Baixada Fluminense. *Relatório de Pesquisa de Pós-Doutoramento*. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2011.

_____. Diversidade sexual e religião: a controvérsia sobre a cura da homossexualidade no Brasil. *In: LIMA, Roberto Kant de. Antropologia e direitos humanos 5*. Brasília/ Rio de Janeiro: ABA, 2005.

_____. Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 61. São Paulo: Edusc, 2006.

NATIVIDADE, Marcelo e LOPES, Paulo Victor Leite. Os direitos GLBT e as respostas religiosas: da parceria civil à criminalização da homofobia. *In: Duarte et al. Valores religiosos e Legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

NÉRI, Marcelo Cortês. *Novo Mapa das Religiões*. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2011.

RIOS, Luís Felipe. *O feitiço de exu: um estudo comparativo sobre parcerias e práticas homossexuais entre jovens candomblesistas e/ou integrantes da comunidade entendida do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, IMS/ UERJ, 2004.

SEFFNER, Fernando et al. Respostas religiosas à Aids no Brasil: impressões de pesquisa acerca da Pastoral de DST/Aids da Igreja Católica. In: *Anais da XIV Jornadas Sobre as Alternativas Religiosas da América Latina*, Buenos Aires, mimeo, 2007.

WEINBERG, George. *Society and the Healthy Homosexual*. New York: Anchor Books, 1973. 148 p.